

## Módulo 1 – Conjuntura e as tarefas do PT

### Aulas

- O Partido dos Trabalhadores
- O exercício de mandatos eletivos e cargos públicos
- Bancadas Parlamentares
- Resoluções do PT: Política de alianças eleitorais, Fora Bolsonaro, as propostas para enfrentar a pandemia e superar a crise econômica
- Resolução sobre política de alianças eleitorais do PT em 2020
- Nota do PT – Fora, Bolsonaro
- Propostas do PT para enfrentar o coronavírus e retomar o crescimento econômico

## O Partido dos Trabalhadores

### A luta da classe trabalhadora no Brasil

No início do século XX, existiam no Brasil muitas organizações anarquistas, socialistas e comunistas, além de diversas expressões do sindicalismo. Nos anos seguintes outros partidos e organizações foram sendo criados.

Com o golpe civil-militar em 1964, as lutas populares foram duramente reprimidas, a esquerda perseguida e torturada, os sindicatos sofreram intervenção e os partidos políticos existentes foram proibidos de funcionar. Em 1966 foi imposto o bipartidarismo, quando foram criadas a ARENA e o MDB. Ao final dos anos 1970, sob pressão das lutas por liberdades democráticas e de um grande movimento grevista, acompanhado de lutas no campo, as ruas e praças públicas viraram palco de intensas manifestações, caminhadas, piquetes, passeatas e diversas formas de movimentação que denunciavam as péssimas condições de vida e reivindicavam direitos, anistia e o fim da ditadura. O regime militar começou a dar sinais de fraqueza.



Ato dos metalúrgicos no 1º de maio de 1979 reúne milhares de pessoas. Na foto: Luiz Gonzales, Benedito Marinho, Clara Ant, Lúcia, Fênico Amorim, Expedito Soares e José Góes

### A organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras

Neste processo muitos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros compreenderam que para conquistar salários dignos, o direito à terra, melhores condições de vida e direitos sociais era preciso conquistar a democracia, e essa conquista dependia da superação das desigualdades e de todas as formas de opressão.

Entenderam que somente a organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho, nas escolas e universidades e a articulação de todas as suas formas de luta em torno de um projeto político alternativo de governo e de poder, seriam capazes de construir as profundas transformações que a maioria da sociedade reivindicava nas ruas: o fim das injustiças e da exploração.

Dessas experiências e nesse contexto de intensas mobilizações sociais é que foi fundado, em 10 de fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores.



Lula assina livros de atas da fundação do PT – Colégio Sion – fevereiro de 1980

Participaram da construção do PT muitas forças da sociedade que vinham lutando contra a ditadura e por justiça social. Encontraram-se nessa caminhada a solidariedade dos trabalhadores e sindicalistas, o compromisso dos setores mais progressistas das igrejas, o desejo de transformação dos militantes e intelectuais socialistas que para o PT convergiram com suas histórias de resistência e utopias anticapitalistas.

### **Socialismo Democrático**

Os trabalhadores, as trabalhadoras, jovens e demais segmentos organizados no PT, ao lutarem pela democracia e por direitos, compreenderam que era necessário ir além e lutar também pela superação do capitalismo para alcançar uma sociedade com justiça social e com liberdade.

Por isso, o PT adotou como perspectiva a defesa do socialismo democrático, realizando a crítica aos regimes socialistas do partido único, e se colocou firmemente comprometido com a solidariedade à luta pela libertação e emancipação dos trabalhadores, trabalhadoras e dos povos em todo o mundo.

### **Lutas, mobilizações e conquistas do PT**

Na década de 1980 o PT esteve a frente da luta por liberdades políticas e justiça social. Nosso partido foi imprescindível na mobilização por Eleições Diretas Já, na luta pela Constituinte Livre, Democrática e Soberana, nas movimentações pelo impeachment de Collor e contra a corrupção, pela criação e manutenção de direitos sociais e trabalhistas, na criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, no apoio à luta e à organização dos trabalhadores do campo, nas diversas experiências de criação de canais de participação popular e também nas prefeituras e nos parlamentos.

Os movimentos sociais que deram origem ao PT, além das bandeiras de luta pela democracia, da luta por salários justos, por distribuição de renda e pela reforma agrária, pressionavam os governos locais por melhorias na qualidade dos serviços prestados à população, tais como saúde, educação, creches, moradia, transporte coletivo e outros. O PT se organizou e se fortaleceu nos estados e municípios com núcleos e diretórios, elegeu representantes no legislativo e inicia sua experiência nas prefeituras.

A experiência de luta por estas reivindicações foram o ponto de partida para muitas das propostas levadas à Assembleia Nacional Constituinte onde a atuação do PT, juntamente com outros partidos de esquerda e em estreita relação com os movimentos sociais, conquistou importantes avanços em relação a garantia de direitos sociais bem como em relação à democratização das políticas públicas.

As formulações e propostas elaboradas pelo PT se constituíram em referência para elaboração dos programas e para as primeiras experiências de governos petistas nos municípios. Os primeiros governos democrático-populares logo demonstraram as diferenças em relação aos governos

conservadores, no conteúdo, na forma de elaborar e levar a efeito as políticas sociais, o que conduziu ao reconhecimento e apoio da sociedade em muitos lugares no Brasil e no exterior. Tal diferencial dos governos petistas só foi possível pelo seu enraizamento e compromisso com as lutas e reivindicações históricas dos movimentos sociais que permitiram a formulação e aperfeiçoamento de políticas comprometidas com esses setores.

Da mesma forma nos anos 1990, o partido atuou com firmeza em defesa dos direitos sociais e trabalhista, contra o neoliberalismo comprometido com a predominância do mercado sobre a sociedade, representado pelo governo de FHC, que aprofundou a dependência e a subordinação do país frente aos Estados Unidos e aos bancos, com a implementação de políticas que privilegiavam as elites econômicas em detrimento da maioria da população.

### **O Projeto do PT para o Brasil**

Neste mesmo período, os municípios e estados administrados pelo PT, apoiados pelos parlamentares e pela militância petista nos movimentos sociais, realizavam experiências de governo traduziam em políticas públicas as bandeiras de lutas dos movimentos sociais, reivindicadas desde os tempos da ditadura milita, e que foram reconhecidas internacionalmente: o investimento em políticas de inversão de prioridades e de incentivo à participação popular, com a criação dos conselhos de direitos, do orçamento participativo, das secretarias especiais para as ações afirmativas – políticas sociais que objetivam eliminar as desigualdades historicamente acumuladas e várias outras iniciativas que privilegiavam a participação, a formulação política e o controle social sobre as políticas e ações dos governos.

Essas experiências, sistematizadas nas diretrizes do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, deram suporte para que o PT pudesse construir um projeto de desenvolvimento democrático e popular para o país, que culminou nos programas de governo para as disputas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. A política vitoriosa implementada pelo governo do presidente Lula e continuada pela presidenta Dilma resultou, portanto, de uma longa trajetória partidária e social.

### **A filiado, o filiado e militantes do PT**

Os nossos governos mudaram o Brasil, com desenvolvimento com crescimento econômico, presença ativa do Estado e ampliação da participação popular. O aumento do emprego formal, a elevação do salário mínimo e a ampliação da oferta de crédito produziram melhores condições de vida para a população, com distribuição de renda e redução da pobreza e da miséria, contribuindo para a superação do neoliberalismo e para a consolidação de um novo projeto para o Brasil.

Tudo isso foi possível graças ao compromisso e empenho de milhares de militantes petistas, que dedicaram importante tempo das suas vidas para construir o PT e tornar realidade o projeto político capaz de continuar construindo um Brasil e um mundo melhor.

Nos vários movimentos sociais que existem no país será muito difícil encontrar algum deles em que não esteja um militante filiada ou filiado do PT, que não seja apoiado por parlamentares ou lideranças do PT, que não dialogue com os governos do PT. Do mesmo modo, se observarmos as diversas experiências do Executivo e do Legislativo buscando encontrar as políticas públicas mais inclusivas, as medidas mais inovadoras de gestão pública, os projetos de lei mais progressistas, constataremos que aí também a presença do PT é marcante e decisiva.

Por isso, a participação de todos os filiados e filiações nas esferas e instâncias partidárias é fundamental para fortalecer e construir o projeto do socialismo democrático que almejamos para o Brasil.

## O exercício de mandatos eletivos e cargos públicos

O exercício de mandato popular, de cargo ou emprego de confiança em entes da Administração Direta ou Indireta, por designação partidária, ou ainda em gabinetes parlamentares de quaisquer esferas federativas, dar-se-á em estrita consonância com as normas estatutárias, as disposições do Código de Ética e as decisões partidárias, tomadas pelas instâncias competentes. Em qualquer condição, exigirá respeito à probidade e à fidelidade aos princípios programáticos e à orientação do Partido, devendo o filiado ou filiada que as exercer, sempre que convocado pelo Diretório a que pertencer ou pelas instâncias superiores do Partido, prestar contas de suas atividades.

São princípios do filiado e da filiada do PT que ocupam cargos em governos ou nos parlamentos:

- Empenho na elaboração e na aprovação de proposições legislativas, no desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao combate da exclusão social, da discriminação e das desigualdades econômicas e sociais, bem como na construção de uma sociedade justa, democrática, plural, igualitária e socialista;
- Busca do aperfeiçoamento do sistema político e dos mecanismos do exercício da democracia, combatendo toda e qualquer forma de distorção nos sistemas de representação e votação, particularmente a influência do poder econômico nos processos eleitorais;
- Respeito à fidelidade partidária e respeito às decisões das instâncias;
- Empenho no combate permanente à corrupção e à improbidade administrativa;
- Defesa da transparência na gestão das finanças públicas e nos processos decisórios do Estado, bem como da participação popular e do desenvolvimento de mecanismos de controle social sobre as estruturas decisórias da Administração Pública;
- Não realizar e combater com vigor ações ou práticas clientelistas e outras que criem ou reforcem mecanismos de manipulação e de alienação política da população;
- Não produzir ou apoiar ações ou práticas regionalistas e corporativas injustificadas em face dos interesses da maioria da população;
- Não aceitar e combater privilégios injustificados e imorais no exercício da função pública;
- Negar e combater o nepotismo, em todas as suas formas;
- Não patrocinar e impedir ações que favoreçam interesses privados em detrimento dos interesses públicos;
- Pagar em dia as contribuições partidárias, na conformidade das normas partidárias em vigor;
- Ter como objetivo a preservação da dignidade e da independência do Poder Legislativo, contribuindo para torná-lo mais atuante, por meio da luta política alicerçada nos princípios e programas partidários.

O 4º Congresso Nacional do PT limitou, a partir de 2012, a três o número máximo de mandatos parlamentares consecutivos no mesmo cargo eletivo – vereador(a), deputado(a) estadual e deputado(a) federal e a dois o número máximo de mandatos consecutivos para o Senado, enquanto o mandato permanecer de oito anos

## Bancadas Parlamentares

*(Título III, capítulo III, artigos 67 a 73, Estatuto do PT)*

Para a democracia, como a concebemos hoje, é fundamental um Poder Legislativo forte e atuante, independente e autônomo, que coexista em condições de igualdade com outros poderes constituídos. O parlamento, nos três níveis de governo, deve cumprir o papel constitucional de representar a vontade do povo. Tal representação é delegada pela sociedade, de modo temporário, por meio do voto direto e secreto em eleições livres.

São representantes da vontade popular nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas Estaduais e no Congresso Federal, respectivamente, os(as) vereadores(as), os(as) deputados(as) estaduais, e os deputados(as) federais e senadores(as).

Para o PT, as bancadas parlamentares são consideradas órgãos do Partido que definem a ação parlamentar de acordo com as Resoluções adotadas pela instância de direção correspondente e pelas demais instâncias superiores do Partido. O estatuto também indica que as bancadas parlamentares, apoiadas pela assessoria parlamentar dos gabinetes e da liderança, devem cooperar com o Partido para a elaboração das políticas públicas, dos bancos de dados, dos projetos institucionais e das propostas temáticas.

**É dever dos(as) parlamentares do Partido dos Trabalhadores:**

- Ter como objetivo a preservação da dignidade e da independência do Poder Legislativo, contribuindo para torná-lo mais atuante, por meio da luta política alicerçada nos princípios e programas partidários;
- Buscar a unidade partidária e a isonomia entre os membros da bancada, defendendo a distribuição de funções e tarefas do Parlamento a partir de critérios objetivos e, dentro do possível, com respeito às potencialidades, às áreas de preferência e de atuação de cada parlamentar;
- Cumprir integralmente as responsabilidades parlamentares, esforçando-se para manter um bom padrão de qualidade na elaboração de proposições legislativas, bem como nos debates políticos e na realização de atos de fiscalização;
- O exercício do mandato parlamentar com transparência e com prestações de conta periódicas à coletividade das atividades parlamentares desenvolvidas;
- Defender o Partido, seu programa, as decisões partidárias, respeitada a liberdade de crítica, opinião e manifestação.

**É dever do(a) líder das bancadas partidárias:**

- Promover a unidade partidária, garantindo procedimentos permanentes de participação e de decisão coletiva, somente decidindo sem consulta dos seus pares quando a urgência ou as circunstâncias impedirem a realização de processos decisórios coletivos;
- Garantir o cumprimento das decisões da bancada e do Partido, mesmo quando sejam polêmicas ou com elas esteja em desacordo;
- Convocar as reuniões ordinárias da bancada, a partir de calendário discutido e aprovado regularmente o início de cada ano legislativo pela totalidade ou maioria absoluta dos seus membros, garantida a realização mínima de reuniões mensais;
- Informar a Comissão Executiva do Diretório respectivo das reuniões ordinárias e extraordinárias da bancada e das suas decisões;
- Convocar reuniões entre a bancada e a Comissão Executiva do Diretório sempre que deliberado por este órgão partidário;
- Não utilizar a função de líder para qualquer forma de favorecimento político ou de qualquer outra natureza, tanto para si como para outrem.

**Aos(as) parlamentares do Partido dos Trabalhadores, é vedado(a):**

- Votar em desconformidade com as posições definidas pela bancada e pelo partido, de acordo com os procedimentos estabelecidos nas normas partidárias em vigor, garantida a liberdade de crítica, opinião e expressão;
- Disputar, mesmo que admitido pelas normas regimentais da Casa Legislativa em que exerce o mandato, cargo em Mesa Diretora, Comissões Permanentes ou Temporárias, ou qualquer outra função parlamentar, com desrespeito às decisões da bancada do Partido;
- A prática de manobras parlamentares imorais ou escusas de qualquer natureza;
- A defesa de privilégios parlamentares ou corporativos imorais ou injustificados;
- O silêncio ou a conivência com práticas comprovadas do Poder Executivo ou do próprio Legislativo que saiba serem ofensivas à moralidade, à probidade administrativa ou que tragam lesão injustificada, direta ou indireta, aos cofres públicos.

## **Resoluções do PT: Política de alianças eleitorais, Fora Bolsonaro, as propostas para enfrentar a pandemia e superar a crise econômica**

Para enfrentar a agenda ultraneoliberal do governo Bolsonaro e seus aliados, bem como as consequências da pandemia do novo coronavírus, o PT apresentou três resoluções que definem sua ação política na atual conjuntura (confira o [texto complementar “Campanha eleitoral e desafios da conjuntura”](#)):

### **Alianças Eleitorais 2020**

A Comissão Executiva Nacional do PT definiu que a política de alianças para as eleições municipais de 2020 deve excluir partidos que dão sustentação à agenda ultraneoliberal do governo Bolsonaro (DEM e PSDB) e vetar composições com os partidos de extrema-direita. Por outro lado, foi definida “a construção de alianças com PCdoB, PSOL, PDT, PSB, Rede, PCO e UP”. Também podem ser feitas alianças com outros partidos onde o PT tenha candidatos/as, desde que autorizadas previamente pelo Diretório Estadual. Além disso, candidatos/as que venham a ter apoio do PT devem assumir o compromisso de oposição a Bolsonaro e às suas políticas, bem como de não hostilidade ao PT e aos presidentes Lula e Dilma.

### **Campanha Fora Bolsonaro**

A evolução da crise social, econômica e política, agravada, nos últimos meses, pela pandemia do coronavírus, evidencia a incapacidade do governo Bolsonaro em garantir a saúde da população, salvar vidas, preservar os empregos e a renda. Não bastasse isso, o presidente e sua política ultraneoliberal se revelam como ameaça permanente à democracia brasileira.

Diante desse quadro, é preciso uma reação contundente das instituições, da sociedade e de todos aqueles que defendem a vida, os empregos e a democracia. Consciente do seu papel, o PT contribuirá para articular essa reação, aprofundando a unidade do campo popular e de esquerda, além de fortalecer as ações dos movimentos sociais e das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, pelo FORA BOLSONARO.

Somado a isso, o PT entregou, em conjunto com PCdoB, PSOL, PCB, PCO, PSTU, UP e mais de 400 entidades da sociedade civil, um pedido de impeachment de Bolsonaro à Câmara dos Deputados. Além disso, mantém ações, no âmbito do TSE, pleiteando a cassação da chapa presidencial pelos crimes cometidos na eleição de 2018, relativos à disseminação massiva de fake news.

### **Propostas para enfrentar o coronavírus e retomar o crescimento econômico**

A fragilidade do Brasil diante da pandemia e da crise econômica se agrava na medida em que o país não tem uma liderança capaz de apontar soluções para as necessidades de crescimento, geração de emprego e renda e retomar os investimentos públicos para garantir acesso à educação, saúde e proteção social para a população.

Para responder a estes desafios, o PT apresentou propostas não só para proteger a população na pandemia – que vão desde a suspensão do Teto de Gastos, passando pelo fortalecimento das equipes de Saúde na Família e do trabalho das instituições de pesquisa e laboratórios públicos, até a manutenção da estabilidade no emprego e dos salários enquanto durar a pandemia –, como também para enfrentar a crise econômica, por meio de ações de retomada dos investimentos públicos que ampliem a geração de empregos; de valorização do salário mínimo; de retomada e ampliação do financiamento para pessoas físicas e empresas; de renegociação de dívidas e fixação do preço do botijão de gás para famílias de baixa renda; suspensão do trâmite das PECs 186 (Emergencial), PEC 187 (Fundos Públicos) e 188 (Pacto Federativo); entre outras.

## **Resolução sobre política de alianças eleitorais do PT em 2020**

### **DERROTAR BOLSONARO E SEU GOVERNO, DEFENDER O POVO, A DEMOCRACIA E A SOBERANIA, COM LIBERDADE PLENA PARA LULA!**

O enfrentamento da agenda ultraneoliberal do governo Bolsonaro e seus aliados e das políticas fiscais antipopulares a ela associadas – que produzem o crescimento da pobreza, da desigualdade, do desemprego, da fome e o desmonte das políticas de saúde, educação e segurança – devem ser o centro do discurso e das propostas de ação política, social e parlamentar do Partido dos Trabalhadores.

Estas políticas atingem diretamente as classes populares, maioria do povo brasileiro, esmagadas pela luta cada vez mais árdua pela sobrevivência. É essa agenda excludente de direitos e concentradora de riqueza que se constitui como a principal ameaça à construção de uma democracia plena no Brasil. A crise da política e da democracia entre nós é indissociável da crise social imposta ao país pelo modelo ultraneoliberal e autoritário, que também compromete a soberania e as bases para a construção de um projeto de desenvolvimento com inclusão.

O governo Bolsonaro e a direita combinam o entreguismo, o ultraliberalismo e o neofascismo com o retrocesso na agenda de direitos humanos, incentivando a discriminação e a violência contra negros e negras, mulheres, indígenas e a população LGBT. Acusamos também os ataques a artistas, cientistas, educadores, ambientalistas. Devemos repudiar permanentemente essa tentativa de inaceitável retrocesso democrático e civilizatório e entender que estas pautas são estruturantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária e devem ser defendidas por todos nós, entendendo que a defesa intransigente da democracia nos unifica.

Em meio à rejeição provocada pela truculência deste governo, setores da elite econômica e seus porta-vozes na mídia e na política tentam, agora, se diferenciar do bolsonarismo, mas sem abrir mão do modelo econômico com que sonhavam desde os anos 1990. Um autoproclamado “centro político” (uma espécie de bolsonarismo envergonhado) busca atrair setores progressistas e de esquerda para uma frente ampla em defesa da democracia, mas sem propor qualquer debate sobre o programa econômico ultraneoliberal.

São setores que apoiaram ativamente a ascensão deste governo e apoiam entusiasticamente a agenda de “reformas” que está destruindo a previdência, revogando direitos trabalhistas, desnacionalizando a economia, tirando os pobres do orçamento, entregando as riquezas e empresas que pertencem ao país. Medidas que sacrificam o povo e estão sendo impostas num ambiente de barbárie política e institucional.

Não podemos perder de vista que o verdadeiro cerne do governo Bolsonaro é a agenda ultraneoliberal, ancorada numa ortodoxia fiscal suicida permanente e na privatização destrutiva de empresas estratégicas para a soberania e o desenvolvimento nacional. Lutar pela democracia, pela soberania e pelos direitos do povo é lutar contra essa agenda conduzida pelo ministro da destruição, Paulo Guedes, e seus apoiadores no Congresso Nacional.

Também não podemos abandonar a grande contribuição histórica que o PT deu à esquerda brasileira, que foi sua capacidade de atrair amplos setores da sociedade para construir uma maioria que promoveu as mudanças imediatas importantes na vida do povo brasileiro, invertendo a agenda que excluía a maioria do povo no orçamento público. A vitória do Lula em 2002 e as conquistas dos governos do PT deram ao Brasil e ao nosso povo, em quase treze anos, mais direitos, melhores condições de vida e uma perspectiva que não tiveram em 500 anos de história.

O PT buscará constituir a Frente Democrática Popular, com forte participação dos partidos de esquerda, movimentos sociais e populares, setores progressistas, as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, para construir a força social e popular necessária para impedir os retrocessos e derrotar as políticas do governo Bolsonaro. Tal estratégia é compatível e complementar à formação de alianças táticas com setores sociais e políticos que tenham contradições reais com determinadas políticas do governo



Bolsonaro. Por exemplo: contra a agenda do lavajatismo, que compromete a democracia, e os retrocessos obscurantistas.

Qualquer aliança que não contemple a abolição da agenda econômica e social do governo Bolsonaro e seus aliados fará muito pouco pela democracia no Brasil e nada por sua população.

O PT e Lula têm sido alvo principal de perseguição, do autoritarismo associado ao lawfare, expresso no lavajatismo e desmascarado pela Vaza Jato. Tentam também manter na defensiva os movimentos sociais e populares e a oposição política. Moro e o lawfare protegem lideranças aliadas, ministros e o próprio clã bolsonarista das investigações sobre suas relações com a milícia, os laranjas, a corrupção, o assassinato de Marielle e Anderson e outros graves crimes. Embora as tensões entre Bolsonaro e Moro sejam persistentes, ambos compartilham o mesmo objetivo: impedir que o PT e as forças progressistas e populares voltem a governar o país.

A campanha Lula Livre teve grande impacto internacional e no Brasil, denunciou as injustiças e o arbítrio contra Lula e gerou imensa solidariedade. Mas é importante registrar que Lula está solto, e não livre! É imperativo para a democracia a anulação da sentença ilegal e mentirosa de Sérgio Moro e o restabelecimento dos direitos políticos de Lula. Sua presença no cenário nacional muda a qualidade da disputa, fortalece a esquerda e o campo popular e seguramente será decisiva para impulsionar a resistência contra o desmonte do país e do estado e avançar nas lutas populares, como também para se constituir social e politicamente um amplo movimento de retomada do projeto democrático e popular em 2022.

Para isso a figura aglutinadora do Lula e lideranças importantes do Partido, como Fernando Haddad e Dilma Rousseff, devem percorrer o país, dialogando com as forças políticas, sociais, econômicas e institucionais para dizer que o Brasil só será de fato uma Nação justa e soberana com a retomada de um governo progressista e popular, constituindo-se como alternativa para as eleições de 2022.

## LUTA SOCIAL

O PT e os movimentos sindical e popular precisam expressar com toda veemência a indignação com a situação social imposta à maioria da população. É intolerável seguir com 12 milhões de desempregados, a explosão do trabalho informal sem nenhum direito social e trabalhista; com 13,5 milhões de brasileiras e brasileiros sobrevivendo com até R\$ 8,00 por dia; com a inadimplência do cartão de crédito, pressionada pelos juros escorchantes, que atinge 78,9% dos usuários; com 2,3 milhões de cidadãos na fila humilhante do INSS; com o retrocesso no Bolsa Família, que tinha 14 milhões de beneficiários e já caiu para 13,2 milhões, com estimativas de mais de um milhão na fila.

São intoleráveis o fim da política de valorização do salário mínimo, a taxação do seguro-desemprego, o desmonte do SUS e da educação pública; com a política criminosa de estímulo à violência policial e à impunidade, na origem do genocídio dos jovens negros, para só mencionar as situações mais visíveis e dramáticas. A centralidade de nossas lutas está na resistência e na conexão com a situação social do nosso povo. Temos o desafio de articulá-las a movimentos amplos em defesa da democracia e dos direitos sociais.

Nesse sentido, o Plano Emergencial de Emprego e Renda (PEER), apresentado pelo PT, e a proposta de uma Reforma Tributária Justa e Solidária, articulada pelos partidos da oposição, constituem-se num primeiro grande passo para dialogarmos com a sociedade e mostrarmos que existem saídas econômicas e sociais que não apenas incluem mas têm como centro os interesses e reivindicações das classes populares.

O PT precisa estar nas ruas e periferias, incentivando, mobilizando manifestações e movimentos que se contraponham à retirada de direitos e à entrega da nossa soberania. Os movimentos de luta popular em tantos países da América Latina são referências nessa caminhada.

É fundamental nosso apoio à greve dos petroleiros, que além de lutar por seus direitos defendem para o Brasil nossa principal e mais estratégica empresa, a Petrobrás. Temos de estar engajados nas lutas que fazem os companheiros e companheiras da Casa da Moeda, do Dataprev, Eletrobrás, Correios, dos trabalhadores na educação, dos estudantes, agricultores, movimentos organizados LGBT, negros e negras, juventude, mulheres, artistas e tantos outros. Esse é o lugar de um Partido que acredita na força e organização do povo e que sabe articulá-las à luta institucional, disputando e vencendo eleições democráticas, governando para garantir avanços para as classes populares, construindo uma sociedade mais justa e democrática.

O Partido tem de estar atento e mobilizado para as tarefas e prioridades de enfrentamento e luta, tanto no parlamento quanto no campo social e popular, que estão na pauta deste primeiro semestre e acompanham o texto desta Resolução. O PT fortalecerá sua implantação nos territórios e investirá prioritariamente no diálogo com o povo. Construir núcleos de base, nos locais de trabalho e estudo, criar e fortalecer núcleos temáticos e setoriais. Fortalecer a formação política dos filiados e dar um salto na comunicação partidária, para alcançar o conjunto da militância e disputar as redes sociais. Enfrentar a escalada neofascista e derrotar o bolsonarismo exigirá um esforço de renovação e reorganização do Partido dos Trabalhadores, aumentando nossa capacidade de mobilização, nossa organicidade, nossa presença na luta cotidiana dos trabalhadores e movimentos sociais, de forma a conquistar o apoio político da maioria da população.

É desta forma que acumularemos força e condições para **DERROTAR BOLSONARO E SEU GOVERNO, DEFENDER O POVO BRASILEIRO, A DEMOCRACIA, A SOBERANIA E LULA LIVRE.**

## ELEIÇÕES 2020

As eleições de 2020 serão uma grande oportunidade para o PT conversar com a sociedade brasileira, falar de nosso legado em inúmeras administrações municipais, dos grandes investimentos de Lula e Dilma nas cidades e conquistar governos que ajudem a apontar o caminho futuro para o desenvolvimento local e o resgate do projeto de governo popular iniciado com Lula, em 2003.

É o momento em que é especialmente importante fazer uma imersão na realidade local e nas demandas das pessoas, no dia a dia das cidades, nos desafios e possíveis soluções. É também um momento de discutir e construir propostas para enfrentar o déficit de moradia, o custo do transporte, a falta de remédios e médicos nos postos de saúde, a ausência de professores na escola, o asfalto na rua e tantos outros temas do cotidiano, articulando-os aos problemas nacionais e ao combate à direita e sua política de desmonte do país, das políticas sociais e de desenvolvimento soberano.

Diante dos retrocessos impostos pelas campanhas de desqualificação da política, como o fim do tempo de rádio e TV que era reservado aos partidos, e da censura da mídia a partidos como o PT, que defendem os interesses do povo, as eleições municipais constituem também uma grande oportunidade de fazer o debate das questões nacionais.

Temos de utilizar o espaço eleitoral para conversar com o povo sobre as consequências da agenda ultraneoliberal e da falta de compromisso de Bolsonaro e seu governo com o financiamento de políticas tão importantes como saúde, educação, saneamento, infraestrutura, segurança e investimentos públicos.

É o momento de pedir o voto municipal, mas também de disputar a agenda de desenvolvimento das nossas cidades, dos nossos estados e do nosso país. A nossa história recente mostra que é possível

implantar um outro modelo de desenvolvimento, no qual os municípios são atores fundamentais do bem-estar social. É por esse compromisso que lutamos e lutaremos.

Disputaremos 2020 em cada município, mas sem perder a dimensão do contexto nacional nos destinos de cada uma de nossas cidades. Vencer a disputa local é importante passo para superarmos a agenda do atraso e **DERROTAR BOLSONARO E SEU GOVERNO**.

Isso só será possível se as petistas e os petistas de todo o país se dispuserem a enfrentar esse desafio – esse é o chamado do partido. Devemos participar das eleições em todos os municípios em que for possível, especialmente naqueles municípios com eleições em dois turnos e os que têm emissoras de rádio e TV geradoras de programas do horário eleitoral. Fazer campanha nas ruas, de casa em casa, olho no olho, no rádio, nas redes sociais e na televisão. Precisamos mostrar que um outro Brasil é possível, e que os governos municipais têm muita importância nessa construção.

Essa estratégia de fortalecimento da luta partidária não nos afasta da disposição de procurar e fazer alianças com as forças políticas que se aproximam dos mesmos compromissos com o povo, não só pela construção de alianças pontuais focadas em 2020, mas pela união de esforços contra o projeto de destruição social do governo Bolsonaro, que buscará a reeleição em 2022.

Coerente com esta Resolução, o PT define como centro estratégico eleitoral a construção de alianças com PCdoB, PSOL, PDT, PSB, Rede, PCO e UP. Onde o PT encabeça a chapa, composições com partidos para além deste espectro poderão ser autorizadas pelo Diretório Estadual.

Nas situações em que o PT não encabeça a chapa e o candidato seja de um partido que não integre o espectro citado acima, somente serão permitidas alianças táticas e pontuais se autorizadas pelo Diretório Estadual, desde que candidato (a) tenha compromisso expresso com a oposição a Bolsonaro e suas políticas e não tenha práticas de hostilidade ao PT e aos presidentes Lula e Dilma. O PT Nacional decide que não ocorram alianças com os partidos que sustentam o projeto ultraneoliberal (DEM, PSDB) e veta qualquer aliança com aqueles que representam o extremismo de direita em nosso país.

As mudanças nas regras eleitorais tornarão esse desafio ainda mais complexo, tendo em vista que disputaremos a eleição para vereadores e vereadoras sem a possibilidade de coligações proporcionais. Isso demandará maior esforço e criatividade do nosso partido, o que inclui debater os mandatos coletivos, rodízios com suplentes e outras formas alternativas para incentivar o maior número de candidaturas.

Temos de estimular as candidaturas jovens, de negros e negras, indígenas, LGBTI, ativistas de movimentos sociais, religiosos e agrários, compreendendo a estratégica disputa de narrativa que estas candidaturas têm para nosso projeto nacional.

Devemos ter um olhar estratégico para as candidaturas das mulheres, não só pela obrigatoriedade da cota de 30% na chapa, mas porque a democracia não será efetiva sem a crescente participação de metade de sua população nas decisões políticas do país. O PT tem se posicionado à frente dos demais partidos progressistas quando apresenta uma política articulada para as candidaturas femininas. Temos de ampliar o resultado positivo que tivemos nas eleições de 2018. O Projeto “Elas por Elas” incentivará e fortalecerá candidaturas femininas fortes e competitivas, combatendo a prática nefasta das candidaturas “laranjas”. Apostaremos na liderança das mulheres como estratégia de formação de chapas vencedoras nas eleições de 2020.

O PT tem projeto nacional, e por isso a direção nacional participará ativamente e coordenará a construção da estratégia eleitoral através de seu GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) e se empenhará em construir soluções, junto com as direções locais, para que o partido possa disputar as eleições majoritárias e proporcionais de 2020 em condições de competitividade, sem deixar de avocar para si

decisões relativas aos municípios considerados prioritários nessa estratégia, incluídas aí todas as capitais.

Nessas eleições, além de recuperar e ampliar nossa presença nos governos municipais em todos os estados e regiões, precisamos ficar especialmente atentos para manter e consolidar a força política e social que o PT construiu no Nordeste.

Esse esforço coletivo será fundamental para a definição da política de financiamento das campanhas pelo Fundo Eleitoral, com regras que precisamos debater e construir em sintonia com os objetivos centrais do PT. Mas desde já alertamos que, pelas restrições financeiras na utilização dos recursos do Fundo, há necessidade de campanhas de finanças locais para viabilizar a eleição do maior número de companheiras e companheiros. O esforço coletivo e solidário, coordenado por nossa intervenção programática, será a garantia de sucesso nessas eleições.

Viva os 40 anos do PT, o Partido que mudou o Brasil e sempre está ao lado do povo brasileiro.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2020

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

## Nota do PT – Fora, Bolsonaro

Em defesa da vida, dos empregos e da democracia: Fora Bolsonaro!

A evolução da crise social, econômica e política, fortemente agravada nos últimos meses pela pandemia do coronavírus, deixa evidente a incapacidade de Jair Bolsonaro e seu governo para garantir a saúde da população, salvar vidas, preservar os empregos e a renda, além de constituir ele mesmo uma permanente ameaça à democracia.

O governo de extrema-direita já vinha aprofundando o programa neoliberal imposto ao país pelo golpe de 2016; desmontando o estado e as políticas de inclusão e proteção social, como o SUS, retirando direitos dos trabalhadores, tornando a economia do país mais vulnerável e privilegiando os ricos em prejuízo da imensa maioria.

Diante do agravamento da crise sanitária, Bolsonaro já não tenta sequer disfarçar sua aposta criminoso no caos social. Manipula o desespero da população frente à crise, pela qual seu desgoverno é o maior responsável, de forma a acelerar a marcha do golpe autoritário que é o seu projeto de poder.

Mais de dois meses depois da emergência sanitária declarada pela OMS, o Ministério da Saúde ainda se recusa a fazer os testes em massa imprescindíveis para orientar e planejar o combate ao vírus. Não preparou o SUS com novos leitos, pessoal e equipamentos; não se articulou com a rede particular nem com os sistemas estaduais e municipais. Bolsonaro e seu governo se recusam a aprender com as experiências de enfrentamento da pandemia em outros países.

O apoio aos estados e municípios, solenemente prometido há 45 dias, deu lugar a um plano de asfixia financeira dos entes federados que estão na linha de frente do combate ao vírus. O Ministério da Saúde não entregou o que prometeu e o Ministério da Economia não apenas nega como tenta barrar no Congresso o socorro financeiro necessário para que governadores e prefeitos enfrentem brutal queda de receita.

É uma asfixia programada para provocar a paralisação dos serviços de saúde, assistência social, segurança pública, educação nos estados e municípios, em prazo brevíssimo, e jogar a culpa do colapso nos governadores e prefeitos.

Os bancos se beneficiam de um pacote de R\$ 1,2 trilhão, mas não há crédito de emergência para as empresas nem mesmo pelos bancos públicos. O governo diz, cinicamente, que defende os microempreendedores, as pequenos e médias empresas, mas suas ações levam à destruição dessa força econômica, ao contrário de todos os países que estão financiando diretamente os mais afetados pela crise.

Ao invés de garantir empregos, o governo estimula demissões, suspensão de contratos e confisco de salários, aproveitando a situação para tirar ainda mais direitos dos trabalhadores. E cria todo tipo de dificuldade para pagar a renda de R\$ 600 que o Congresso aprovou a partir de proposta do PT junto com os partidos de oposição.

Ações e omissões são cruelmente articuladas de forma a aumentar o sofrimento do povo. A sabotagem de Bolsonaro às medidas sanitárias e econômicas contra a crise é um investimento deliberado no cenário do golpe. Seu discurso de domingo, num ato pela reedição do AI-5 na área do Quartel-General do Exército, não permite dúvidas ou vacilações.

É inadiável uma reação contundente das instituições e da sociedade, de todos aqueles que defendem a vida, os empregos, a democracia. E o PT contribuirá para articular essa reação.

O Brasil e as instituições estão diante de uma escolha entre Bolsonaro ou a democracia. Entre Bolsonaro ou a retomada do crescimento econômico e da inclusão social. Entre Bolsonaro ou a defesa da vida.

O PT não faltará ao país nesta hora. Vamos aprofundar a unidade do campo popular e de esquerda e fortalecer as ações dos movimentos sociais e das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Preservando nossa identidade e compromissos com os trabalhadores, o PT vai somar esforços com todos os democratas, de forma a aglutinar uma ampla frente com partidos e organizações da sociedade para salvar o país de Bolsonaro e seu governo.

É hora de colocar um ponto final no governo Bolsonaro, essa página nefasta da História do Brasil. Em defesa da vida, dos empregos e da democracia: FORA BOLSONARO!

DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

### **Propostas do PT para enfrentar o coronavírus e retomar o crescimento econômico**

A economia brasileira já estava gravemente enferma quando o mundo recebeu os primeiros impactos da pandemia do coronavírus, agravados pela variação brutal dos preços internacionais do petróleo.

O país está fragilizado e sem liderança capaz de responder às necessidades de crescimento, geração de emprego e renda e dos investimentos públicos necessários para garantir acesso à educação, saúde, proteção social para a população.

Além de destruir as bases do crescimento, Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes mostraram-se irresponsáveis diante da nova conjuntura internacional e trataram com desdém um grave problema de saúde pública.

Cortar gastos e fazer mais reformas fragilizadoras do estado, como propõe o governo nesta hora tão grave, não é resposta para a crise do país.

A única saída possível é retomar um projeto de crescimento com inclusão, a partir do investimento público, do financiamento para produção e as famílias, da geração de empregos e do aumento da renda da população.

Para retomar o crescimento e proteger a população diante da pandemia de coronavírus, o Partido dos Trabalhadores propõe as seguintes medidas imediatas:

#### **Para proteger a população na pandemia do coronavírus**

Descongelar imediatamente os recursos para a Saúde represados pela Emenda Constitucional 95, o que representaria um aporte de cerca de R\$ 21 bilhões ao SUS;

Fortalecer o trabalho das equipes de Saúde na Família e suspender imediatamente a Portaria 2.979/19, de forma a manter normalmente o repasse de recursos do SUS aos municípios;

Garantir a oferta de kits reagentes para realização de exames;

Fortalecer o trabalho das instituições de pesquisa e laboratórios públicos;

Garantir a oferta de leitos de UTI de forma a proteger a população de possíveis danos à saúde causados pelo COVID-19;

Adotar um protocolo único de proteção à população, englobando aspectos como quarentena, deslocamentos, aglomerações, funcionamento de escolas, comércio etc.;

Trabalhar pela cooperação com outros países em busca de informações técnicas, recursos e possibilidades de assistência para enfrentar a pandemia no país;

Determinar estabilidade no emprego e manutenção dos salários no setor público e privado pelo tempo que durar a pandemia.

#### **Para enfrentar a crise econômica**

Retomar os investimentos públicos em projetos capazes de gerar empregos e dinamizar a economia, utilizando todos os mecanismos de financiamento ao alcance do estado;

Retomar obras paralisadas por corte de recursos e contratar emergencialmente trabalhadores para execução de serviços públicos mais simples;

Abono emergencial para o salário mínimo e retomada da política de valorização permanente do salário;

Incorporar imediatamente ao programa as 3,5 milhões de famílias na fila do Bolsa Família e atualizar o valor do benefício; atender imediatamente os 2 milhões que estão na fila do INSS;

Financiar a renegociação das dívidas das famílias de baixa renda, reduzindo juros e estendendo prazos, de forma a que tirem o nome dos cadastros de crédito;

Retomar e ampliar os financiamentos para pessoas físicas e empresas por meio dos bancos públicos, fortalecer o BNDES;

Suspender os processos de privatização em andamento, retomar os investimentos das estatais, especialmente da Petrobrás, com retomada plena da política de conteúdo local;

Fixação imediata do preço do botijão de gás em R\$ 49 para as famílias de baixa renda em todo o país;

Revogar a Emenda Constitucional 95 para recuperar os investimentos em saúde, educação, programas de proteção social e de transferência de renda;

Suspensão do trâmite das PECs 186 (Emergencial), PEC 187 (Fundos Públicos) e 188 (Pacto Federativo).

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Brasília, 13 de março de 2020